



LEI COMPLEMENTAR N 198 DE 19 DE MAIO DE 2022.

AUTORIZA EXCEPCIONALMENTE QUE O VALOR DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES DO EXECUTIVO MUNICIPAL SEJA REALIZADO NA FORMA DE PARCELA DESTACADA NA FOLHA DE PAGAMENTO, NOS TERMOS QUE ESPECIFICA.

JURACY COSTA DA SILVA, Prefeito Municipal de Guatapar, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais; **FAZ SABER** que, a Câmara Municipal de Guatapar aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1. Fica autorizado o Executivo Municipal a efetuar o pagamento referente ao valor do vale alimentação, aos servidores municipais na forma de parcela destacada na folha de pagamento.

 1 - O valor referente ao vale alimentação não sofrerá nenhuma alteração no seu valor.

 2 - O pagamento do valor referente ao vale alimentação não integrar ou se incorporar  remuneração do servidor para qualquer fim e não poderá ser utilizado como base de cáculo para quaisquer outras vantagens, inclusive para fins de cáculo dos proventos da aposentadoria e das pensões.

 3 - O pagamento do valor do vale alimentação, pago junto com a folha de pagamento dos servidores, terá início no mês de maio do corrente ano, com a duração de 03 (três) meses, podendo ser prorrogado até a conclusão de processo licitatório para contratação de empresa especializada.

Art. 2. As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento municipal, suplementadas se necessário nos termos do  1 do art. 43 da Lei Federal 4.320/64.

Art. 3. Para os efeitos do que dispo o artigo 165, I, II da Constituição Federal que versa sobre as leis financeiras do Município, fica a Contadoria Municipal autorizada a proceder à alterações no respectivo projeto e nos anexos da Lei n 996/2022 que aprovou o PPA, a Lei n 997/2022 que estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias relativamente ao exercício de 2022 e a Lei n 998/2022, que estabeleceu a Lei Orçamentária Anual relativamente ao exercício de 2022.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUATAPAR

Art. 4º. Tratando a presente lei de matéria financeira e de cunho autorizativo, suas aplicaes, bem como a elaboração dos novos anexos ficam condicionadas  edição de decreto do Executivo, que deverá contemplar as devidas modificações no PPA e na LDO, bem como na peça orçamentária, nos termos do artigo 42 da lei Federal n. 4320, de 17 de março de 1964, de forma a obedecer, dentro da atual conjuntura, a padronização estabelecida pelo Egrégio Tribunal de Contas – Projeto Audesp.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL LUIZ BORBA MOURA, AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE MAIO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS.

PUBLICADA, REGISTRADA E AFIXADA NO PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL NA DATA SUPRA.


JURACY COSTA DA SILVA
Prefeito municipal


AILTON APARECIDO DA SILVA
Secretário Municipal de Administração